

## Afocefe em luta conjunta com demais categorias contra pacote do governo

Desde o anúncio da “reforma administrativa” do governo do Estado, no início de outubro, todos os esforços do Afocefe Sindicato foram para ouvir as propostas do Executivo, analisá-las e reforçar a unidade com as demais entidades que representam o funcionalismo para, então, construir conjuntamente o enfrentamento deste pacote de projetos.

O serviço público prestado à população jamais presenciou tamanho retrocesso com a retirada de direitos dos servidores. Tanto a PEC 06/2019 do governo federal, quanto as

medidas anunciadas pelo governo do RS buscam apenas um ajuste fiscal momentâneo, penalizando ainda mais os servidores e prejudicando a sociedade.

O Afocefe Sindicato, unido às demais categorias, está empenhado na defesa do serviço público forte e eficiente, capaz de oferecer o bem estar social. A crise financeira se combate com eficiência da fiscalização tributária e não com aumento de impostos, diminuição do Estado, precarização dos serviços prestados à população e retirada de direitos dos trabalhadores.

**TODOS CONTRA  
O PACOTAÇO!  
ATO UNIFICADO**



**LUTE OU PERCA SEUS DIREITOS**  
14 de novembro 14h - Largo Glênio Perez

## Governador apresenta propostas às entidades

O Afocefe Sindicato participou de diversas reuniões com o governador e secretários de Estado para discutir o pacote de projetos, que será enviado à Assembleia Legislativa até o final deste ano. O Sindicato tem atuado de forma permanente para contrapor as medidas que causam prejuízos ao serviço público e seus servidores.

No dia 9 de outubro, juntamente com a Federação Sindical dos Servidores Públicos do RS (Fessergs), o Afocefe participou de reunião com o governador Eduardo Leite, no Centro Administrativo do Estado. Ao apresentar os projetos, o governador justificou que “é preciso retomar o crescimento econômico e o primeiro eixo é tornar o Estado sustentável, buscando o equilíbrio fiscal, otimizando os gastos e maximizando a receita”. Os dirigentes das entidades argumentaram que o pacote levará a extinção do serviço público e reforçaram que buscarão todas as formas de diálogo para que os direitos dos servidores não sejam aniquilados.

No dia 16 de outubro, o Afocefe participou de nova reunião com o governador, dessa vez com a União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública. Eduardo Leite apresentou a síntese do pacote de Reforma Estrutural do Estado, com foco para as mudanças propostas na área da previdência. Apontou que o déficit previdenciário no Rio Grande do Sul é de R\$ 12 bilhões, sendo o maior do país.

O presidente do Afocefe, Guilherme

Campos, questionou a forma utilizada para apresentação do pacote às entidades e a pressa do governo em encaminhar as propostas de emenda à Constituição à Assembleia Legislativa.

O presidente da União Gaúcha, Cláudio Martinewski, solicitou os dados sobre a previdência que embasaram as medidas apresentadas para serem averiguadas.

No dia 21 de outubro, as entidades que integram o Movimento Unificado dos Servidores, reuniu-se com o chefe da Casa Civil, Otomar Vivian, com o procurador geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa e com secretários que atuam diretamente na elaboração dos projetos que integram o pacote do governo. Foi entregue documento com as contestações técnicas e jurídicas referente as propostas.

Guilherme Campos questionou as distorções no pacote, que não faz referência se serão considerados os direitos já adquiridos pelos servidores. Manifestou ainda a preocupação com a enxurrada de pedidos de aposentadoria, impactando diretamente no serviço público prestado à população.



# Secretário da Fazenda se reúne com categorias da Sefaz

O secretário da Fazenda, Marco Aurelio Cardoso, acompanhado da equipe diretiva da Sefaz, reuniu, em 11 de outubro, as entidades representativas das carreiras da Secretaria da Fazenda para apresentar o pacote de reformas do governo. Para dirigentes do Afocefe Sindicato, Sindifisco, Afisvec e Sindicirgs, o secretário da Fazenda apresentou o diagnóstico fiscal do Estado e o conjunto de medidas que altera carreira e aposentadoria do funcionalismo. Os Técnicos Tributários da Receita Estadual e servidores das demais categorias ligadas à Sefaz permaneceram mobilizados em frente ao gabinete do secretário durante



a reunião. “As medidas propostas focam na contenção do crescimento vegetativo da folha, em uma reforma da previdência que acompanhe os

parâmetros da reforma nacional e em alterações na forma trabalho”, disse o secretário.

O presidente do Afocefe, Guilherme Campos, questionou a forma apressada do governo encaminhar à Assembleia projetos impactantes que afetam a vida funcional dos servidores. O diretor do Afocefe, Alexandre Luzzi, reivindicou um modelo de transição para a implementação das mudanças propostas, que preserve os direitos já implementados. Conforme os dados apresentados pelo governo, o impacto fiscal previsto com as mudanças, no período de 10 anos, é de R\$ 25 bilhões.

## Entidades buscam ações conjuntas

Para analisar o pacote do governo e articular ações conjuntas buscando o fortalecimento da Secretaria da Fazenda, dirigentes do Afocefe, Sindifisco, Afisvec e Sindicirgs realizaram uma série de reuniões. As entidades que representam as categorias

da Sefaz são unânimes em rebater a proposta do Executivo, que considera o combate à sonegação, revisão dos incentivos fiscais e a cobrança da dívida ativa das empresas mitos que não resolvem a crise financeira do Estado. O presidente do

Afocefe, Guilherme Campos, reforçou que este é um momento de união de todos os servidores públicos para enfrentar a tentativa de retirada de direitos já implementados e o desmantelamento da máquina pública.



Sindifisco - 10 de outubro



Afisvec - 11 de outubro



Afocefe - 16 de outubro

## Afocefe recebe presidente da Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado

O Afocefe recebeu, em 31 de outubro, o presidente da Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Conacate), Antônio Carlos Fernandes. As reformas do governo federal foram tratadas na reunião, bem como os ataques ao serviço público e a atividade sindical. “Quem conduz estas reformas não tem a menor preocupação com o serviço público. Os direitos que levamos décadas para conquistar, agora com uma canetada só, irão desaparecer”, disse Fernandes. Os dirigentes do Afocefe

relataram o momento delicado do serviço público também no Estado. “O momento é grave para todos nós, servidores públicos e para população que depende do serviço público. As medidas buscam uma solução momentânea para o déficit fiscal, penalizando os servidores”, reforçou Guilherme Campos. O vice-presidente do Afocefe, Altair Rech Ramos, falou da necessidade da união das categorias que mesmo com pluralidade ideológica, devem agir em conjunto para alcançar objetivos comuns.



## Mobilização dos servidores

# Unidade para preservar direitos e serviços

Tão logo o governo anunciou a Reforma Estrutural do Estado, pacote de medidas que altera carreira e aposentadoria dos servidores públicos do Executivo, as entidades que representam diversas categorias do funcionalismo iniciaram uma intensa e unificada atuação para contrapor as propostas do governo, que mais uma vez coloca nos servidores públicos a responsabilidade pela crise financeira do Estado.

Foram realizadas diversas reuniões técnicas e políticas para discutir as principais alterações e definir uma posição unificada frente ao conjunto de medidas, primeiramente anunciada pela imprensa e, depois, pelo governador em reuniões com as categorias.

## Pacote do governo é discutido no Afocefe



Entidades representativas do funcionalismo gaúcho reuniram-se nos dias 14 e 15 de outubro no Afocefe Sindicato para analisar e discutir o pacote do governo. A fim de contrapor o conjunto de medidas e apresentar alternativas que minimizem os prejuízos ao servidor público e ao serviço prestado à população, os dirigentes sindicais buscaram subsídios no Afocefe, por meio dos trabalhos técnicos desenvolvidos pela entidade.

O presidente do Afocefe, Guilherme

Campos, reforçou que o Estado está equivocado ao olhar somente para a despesa e não para a receita. “Apresentamos um caminho para o Estado aumentar arrecadação sem elevar a carga tributária, desmontar o serviço público e penalizar os servidores. Mas o que estamos vendo, é mais do mesmo”, relatou. O diretor do Afocefe, Alexandre Luzzi, ressaltou o fato do governo tratar as sugestões do Sindicato para aumentar a receita como mito, sem entanto discordar do mérito. “Aumento da fiscalização, incremento da cobrança e revisão dos incentivos fiscais são caminhos viáveis para o Estado sair da crise”, reforçou Luzzi. O presidente da Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Fessergs), Sérgio Arnoud, reforçou que o momento é de união e mobilização por parte dos servidores para evitar que se aniquilem os serviços oferecidos à sociedade pelo funcionalismo público para tentar vencer a crise no Estado.

## Frente define ações



O Afocefe Sindicato participou das reuniões da Frente dos Servidores Públicos, na sede do Cpers, realizadas em 25 de outubro e 01 de novembro.

Unidade criada para enfrentar os ataques ao serviço público e aos direitos das categorias nas esferas municipal, estadual e federal, a Frente dos Servidores Públicos definiu pela realização de um grande ato unificado, no dia 14 de novembro, contra as reformas administrativa e previdenciária do governo do Estado e em repúdio a PEC 06/2019 do governo federal.

## Coletiva de imprensa

# Afocefe contesta novo Refaz

Em coletiva de imprensa promovida pelas entidades que representam o funcionalismo gaúcho para apresentar contraponto ao pacote do Executivo, realizada na Assembleia Legislativa em 17 de outubro, o presidente do Afocefe, Guilherme Campos, criticou o anúncio de um novo Refaz, feito pelo governo. O programa permitirá o parcelamento dos débitos tributários vencidos até 31 de dezembro de 2018, com redução de até 90% dos juros e das multas. O parcelamento poderá ocorrer em até 120 meses.

“Um dia depois de apresentar novamente às categorias de servidores as medidas que considera estruturantes para o Estado superar a crise, o governo anuncia novo programa que premia os maus contribuintes. Fica claro que a decisão de passar a conta aos servidores e precarizar o serviço público é política”, afirmou. O presidente do Afocefe

rebateu o pacote do governo, que considera medidas eficazes de aumento de receita, que não acarretam o desmonte do serviço público, como mitos. “O combate à sonegação, a revisão dos incentivos fiscais e a cobrança da dívida ativa são medidas que não podem ser ignoradas e vistas como insignificantes pelo governo”, reforçou Guilherme Campos.



## União Gaúcha analisa dados do governo

O presidente do Afocefe, Guilherme Campos e o diretor Jurídico e Legislativo, Paulo Bitencourt, participaram, no dia 14 de outubro, de reunião da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, para analisar e discutir as propostas do governo. As entidades reforçaram que o momento é de enfrentamento, já que novamente os servidores pagam sozinhos a conta da crise. Rebutaram o posicionamento do Executivo, que apresenta como mito outras alternativas para aumento de receita que não penalizem somente os servidores públicos, como combate à sonegação, revisão nos incentivos fiscais e na dívida com a União.



# Afocefe reforça importância da unidade



O Afocefe Sindicato reuniu o Conselho Deliberativo no dia 18 de outubro para tratar do pacote do governo, que atinge direitos já implementados pelos servidores e afeta diretamente o serviço público prestado à população. O presidente do Afocefe, Guilherme Campos, fez um relato das reuniões com o governador, secretário da Fazenda e equipe diretiva da Sefaz, com os dirigentes das demais entidades da Secretaria da Fazenda e representantes do funcionalismo. "Neste momento, independente de algumas divergências, o mais importante é a unidade de todos os servidores estaduais para que possamos fazer um movimento unificado que mostre ao governo e à sociedade nossa insatisfação e preocupação com os projetos que serão encaminhados às pressas para a Assembleia Legislativa", afirmou o

presidente do Afocefe. Reforçou que os dirigentes do Sindicato estarão empenhados em contrapor o pacote do governo em conjunto com as entidades fazendárias e as demais categorias de servidores estaduais.

O diretor Alexandre Luzzi destacou que os estudos e trabalhos técnicos do Afocefe ganharam amplitude e são propagados por todas as entidades. "Até mesmo o governo que apresenta como mitos as alternativas para aumento de receita, como combate à sonegação, revisão dos benefícios fiscais e cobrança da dívida ativa, rebatendo as alternativas sugeridas por nossa entidade, não questiona o mérito das nossas propostas. Fica claro que este pacote é construído com base em questões ideológicas, que projeta um estado mínimo, com redução de serviços públicos", apontou.

## Comando Geral da BM recebe Afocefe

O Afocefe Sindicato foi recebido pelo comandante-geral da Brigada Militar, Coronel Mario Yukio Ikeda, em 14 de outubro, para tratar da falta de policiais militares nas Turmas Volantes e Postos Fiscais. Os dirigentes do Sindicato manifestaram a preocupação frente a reestruturação proposta pelo governo que desestimulará os servidores, dificultando, ainda mais, a cedência de policiais militares para suporte na segurança à atividade de fiscalização no trânsito de mercadorias. A situação agrava a dificuldade financeira do Estado, já que impossibilita que a fiscalização seja realizada em sua plenitude,

permitindo que a sonegação tenha trânsito livre.

Os diretores do Afocefe relataram o desmonte da fiscalização ostensiva, com redução de unidades de fiscalização, o que impactou diretamente na queda da arrecadação. "O Estado não pode abrir mão do seu principal tributo, o ICMS, ainda mais nesse momento de grave crise. Apresentamos alternativas para ampliar a receita por meio de um novo modelo de fiscalização, com trabalho integrado entre as equipes e aporte tecnológico", disse o presidente do Afocefe, Guilherme Campos.

O comandante-geral da BM concordou que há uma cultura de sonegação que precisa ser controlada aumentando a percepção de risco. "A sonegação é uma forma de corrupção, que além de causar perdas financeiras ao Estado, estimula a concorrência desleal entre as empresas, afetando trabalho e renda", complementou Alexandre Luzzi.



## Assembleia Geral do Sindispge



Ao abrir a Assembleia Geral do Sindicato dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado (Sindispge), em 17 de outubro na sede do Afocefe, Guilherme Campos disse que mais uma vez os servidores públicos pagam sozinhos a conta da crise. "A unidade é essencial. É preciso deixar de lado possíveis divergências e conflitos por um objetivo maior, que é a preservação do serviço público", afirmou. Reforçou a importância da mobilização de todas as categorias junto aos deputados para que reflitam sobre os efeitos nocivos ao funcionalismo e à sociedade com a aprovação do pacote do governo.